



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO/2006

**O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA DA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA NO BRASIL:
PROBLEMAS E PERSPECTIVAS.**

Tania Cordova Corrêa – UFPR – taniacordova@bol.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade perceber as perspectivas e problemáticas trazidas ao âmbito educacional pela obrigatoriedade da inclusão da temática História e Cultura afro-brasileira e africana nos Níveis de Educação Básica. A invisibilidade, a exclusão histórica a que foram submetidos os afro-descendentes e africanos, trouxe sérios prejuízos a historiografia nacional, quando negou por um longo período a participação e o reconhecimento destes, como sujeitos que fizeram parte do processo histórico do país. Atualmente o discurso oficial traz a tona a valorização, o reconhecimento destes grupos que ficaram a margem da História, buscando incluir no currículo escolar a História e Cultura africana e afro-brasileira. Que História é esta que será ensinada? Qual o respaldo teórico que se estará dando aos professores para que possam estar desenvolvendo a temática no contexto escolar? Qual a intenção em estar se propondo uma temática tão complexa quanto esta no currículo? São algumas das questões abordadas neste artigo.

Palavras-chaves: perspectivas, problemáticas, ensino.

Quais foram os grupos étnicos que confluíram para a formação do povo brasileiro? Nos tempos atuais, em que a diversidade e a tolerância sobressaem como valores a serem defendidos, o questionamento pode parecer incoerente. Acostumamos a pensar o Brasil como o país da diversidade étnica e cultural, isto é, um país formado por diversos grupos étnicos – o índio, que já se encontrava nestas terras antes do descobrimento; o português, suposto descobridor e posterior colonizador, o africano que entrou nestas terras através do crescente tráfico, que se propunha em fornecer mão-de-obra humana para trabalhar estas terras e os imigrantes que vieram em busca de espaço para construir uma nova vida. Cada um destes grupos, em suas especificidades e em diferentes contextos, proporcionou a Nação influências na construção da História e da Cultura.

Afirmar o Brasil como país da diversidade, é compreender a multiplicidade de culturas que contribuíram para a sua formação. Desta maneira quando se fala em diversidade significa estar constatando que para além da cultura hegemônica, existem diferentes manifestações que influenciaram a cultura e que contribuíram para a formação dessa diversidade. Mas será que esta multiplicidade de contribuições foi sempre valorizada? Será que foram sempre reconhecidas como participantes do processo de construção do país?

Na construção da História do Brasil, é notória a invisibilidade a que foram remetidos alguns grupos sociais. A historiografia nacional¹ que surgiu com a necessidade de se estar estruturando uma história para o país, sendo também responsável por estar difundindo entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos sobre o patriotismo, ou seja, a História foi responsável por proporcionar sentimentos ufanistas. Criou, produziu uma historiografia que excluiu, invisibilizou, inferiorizou, desqualificou grupos sociais que participaram do processo histórico de construção do

¹ Foi somente em 1838, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se inicia a escrita autorizada da História do Brasil, ou seja, a História Oficial do Brasil passa a ser contada a partir do IHGB.

país. Isto é, o fato é que nossos *antigos historiadores* trataram indevidamente, ou ignoraram a participação de determinados grupos sociais – índios, negros, imigrantes – do processo de formação do país, influenciados pela ciência dos séculos XVIII e XIX que considerava alguns grupos superiores a outros, ou seja, o pensamento da ciência no momento em que se preocupava em criar uma História Nacional, estaria influenciado por uma escala de evolução que considerava que os brancos possuíam maior capacidade intelectual, seguida pelos índios e, por último, os negros. E se estes eram inferiores, deveriam ser eliminados da sociedade brasileira, tem-se então, presentes no processo histórico do país, alguns projetos implícitos de exclusão do negro na sociedade brasileira.

Essa ideologia foi tão forte que mesmo a intelectualidade mais progressista custou a reconhecer que outros grupos étnicos, além do europeu, participaram do processo de formação da Nação brasileira.

Em seu processo histórico, o Brasil passou por várias ondas de nacionalismo que objetivaram manter unido o povo brasileiro, criando sentimentos de igualdade étnica, procurando instituir a idéia de um país sem preconceitos, onde todos seriam tratados iguais, pois desta forma se estaria abafando reivindicações e necessidades divergentes entre estes grupos.

Além da sociedade estas “idéias” também se estenderam à educação. O sistema de ensino determinava a aplicação de um currículo único, sob o pretexto de oferecer uma educação igual para todos. Um sistema de ensino que não se preocupava, se nos bancos escolares sentavam-se indígenas, afro-descendentes, descendentes de alemães, de italianos, de japoneses entre outros. E que também não se preocupou com o lugar de onde seus alunos vinham. Isto fez com que as características de cada grupo ficassem excluídas, escondidas durante muito tempo. De modo que se tornou natural tratar a história destes grupos de forma inferior², aceitando-se padrões estéticos e culturais de uma suposta superioridade branca.

Atualmente, o sistema escolar vem destacando em seus textos a necessidade de respeitar as manifestações dos diferentes grupos étnicos. (Re)Afirmando ser o Brasil, um país multicultural por formação e que embora como colocado anteriormente, a visibilidade desse processo tenha sido por longo tempo reprimida em favor da

² Por um longo período, os livros didáticos mostraram de forma caricata, parcial, índios, negros e imigrantes, o que proporcionou uma visão errônea da participação destes grupos na História do Brasil. Atualmente há toda uma movimentação dos órgãos competentes em estar resgatando essa participação e criando uma nova história para estes grupos, ou seja “uma História Justa”.

hegemonia do colonizador. Reconhece-se que existe uma complexidade que envolve a problemática social, cultural étnica. E que esta diversidade deve estar sendo trabalhada em sala de aula.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que foram criados para estarem orientando o trabalho do professor, em um de seus volumes sobre temas transversais – Pluralidade Cultural - enfatiza a promoção da igualdade étnica, ou seja, orientam ao professor estar trabalhando a diversidade em sala de aula. São desta forma, instrumento concreto de mudança no sistema escolar, que visam estar percebendo a escola com agente orientadora das relações inter-raciais.

Mas, um passo muito maior e mais significativo para o ensino foi dado com a Lei 10.639 que altera os artigos 26, 26a e 79b da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9394/96, e institui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica. Isto é, as escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio³ - Públicas e Privadas – terão que estar incluindo a temática em suas atividades pedagógicas. Desta forma a legislação rompe com a ordem dos currículos ao propor um novo conhecimento científico contrário a superioridade da produção cultural européia, ou seja, o mundo não se resumirá mais somente às conquistas e derrotas do continente europeu. E reconhece a participação dos africanos e afro-descendentes no processo de construção histórica do Brasil.

O documento determina que a história da África e dos afro-descendentes seja tratada em perspectiva positiva. Desmitificando-a como lugar onde somente se buscavam escravos para trabalhar nas lavouras, na mineração ou nos serviços domésticos, vítimas da exploração de fundo capitalista. Ou desconstruindo-os como sujeitos oprimidos, ahistóricos, explorados e mesmo quando rebeldes derrotados.

A Lei 10.639, em sua intencionalidade de estar apresentando, afirmando o africano e afro-descendentes como sujeitos históricos que influenciaram a cultura e o processo de construção histórica dos locais onde foram inseridos como escravos concorda com o que apresenta Thorton (2004, p.189-190).

A atuação dos escravos africanos teve duplo impacto. Por um lado, eles foram trazidos para trabalhar e servir, e, em razão do esforço pessoal e de seu grande número contribuíram significativamente para a economia. Por outro

³ De acordo com a Lei 9394/96 a Educação Básica é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental (Séries Iniciais e Séries Finais) e Ensino Médio, o que assegura a inclusão da Lei 10.639 a todos estes Níveis de Ensino.

lado, eles trouxeram uma herança cultural de linguagem, estética e filosofia que ajudou a formar a nova cultura do mundo atlântico.

Desta maneira se reconhece à coexistência de brancos e negros no processo histórico, e a amálgama de elementos culturais que hoje caracterizam as sociedades onde os africanos foram inseridos.

A inserção da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar apresenta-se de forma dualista, ou seja, ao mesmo tempo em que se apresenta como perspectiva de mudança no sistema educacional, apresenta-se também como problemática a ser enfrentada no âmbito educacional.

Como perspectivas de mudanças, a inserção da lei representa a concretização de reivindicações históricas que remontam ao período anterior a abolição da escravidão, onde os escravos lutaram de maneiras diversas pela liberdade; ao período posterior à abolição que somente legitimou o que na prática já vinha acontecendo, sendo que a consolidação da lei que aboliu a escravidão⁴, acirrou ainda mais as desigualdades sociais entre africanos e afro-descendentes, pois somente lhes deu liberdade, não lhes garantiu direitos fundamentais como moradia, educação, enfim a cidadania, condenando-lhes a exclusão social e a invisibilidade histórica. Representa também a legitimação das “...reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, [que] apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos...” (Lei 10.639).

Desta maneira, esta mesma lei, que determina que africanos e afro-descendentes fizeram e fazem parte do processo de construção histórica do país e que devem ser inseridos na história do Brasil. Que sua cultura deve ser valorizada e reconhecida como elemento integrante da cultura brasileira, e que não deverão ser mais sujeitos de invisibilidade histórica e vítimas de discriminações. Determina também, que a escola deverá ser o órgão responsável por promover a inclusão destes grupos que foram excluídos da história do Brasil.

A educação constituiu-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a

⁴ Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel sancionou a Lei Áurea, que deu liberdade aos escravos que ainda estavam vinculados como propriedade.

educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (RIBEIRO, M. 2004, p.7)

A Lei transfere a responsabilidade, o compromisso de trabalhar questões étnico-raciais e a temática que envolve africanos e afro-descendentes para o âmbito escolar e é aí que entra a problemática.

A estrutura do texto da Lei 10.639 enfatiza em vários momentos a necessidade de se estar formando professores capazes de trabalhar com estas propostas inovadoras na educação.

Professores qualificados para o ensino das diferentes áreas do conhecimento; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnicos-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004, p.10-11)

os estabelecimento de ensino, freqüentados em sua maioria por população negra, conte com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004, p.12)

Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004, p.17)

Que professores são estes, a quem a Lei se reporta? A que formação docente a lei está se referindo? Que escola é esta que a lei se refere como preparada para trabalhar estas questões que a própria lei torna obrigatória? Quais são os cursos de capacitação destinados aos professores? Quais os rumos que deverão ser seguidos ao se trabalhar a inclusão desta Lei? São questões como estas que estão perpassando o lócus da escola. Pois, a Lei que obriga a inclusão da temática, já se faz presente nas escolas e ainda não se sabe o que fazer com ela.

Se esta lei, que de certa maneira, está corroborando para que haja mudanças no sistema educacional, obrigando a inclusão da temática no currículo escolar da Educação Básica. O mesmo não deveria estar acontecendo na Universidade? Não estaria esta também passível de mudanças? Afinal, não é a Universidade também agente formadora? Não seriam as Instituições de Ensino Superior, os espaços que propiciam a aquisição do conhecimento, do saber autorizado?

O que se vem percebendo é que as Universidades, na sua grande maioria, vem ignorando a importância da inclusão desta temática, - os Cursos de Pedagogia que são os responsáveis por estarem formando professores para a Educação Infantil e as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, ainda não se atentaram para a inclusão de disciplinas que trabalhem questões raciais, ou mesmo que mencionem a historiografia africana; os Cursos de História, da mesma maneira que os de Pedagogia, ainda não incluem em seu currículo, disciplinas que abordem, de maneira mais aprofundada, questões raciais e de historiografia africana, quando abordam, geralmente são em disciplinas optativas, as quais nem todos os alunos frequentam.

Essa posição das Universidades acaba refletindo no conhecimento do professor em atividade, ou seja, o professor que será o responsável pela inclusão desta obrigatoriedade, acaba por não ter contato com a temática, o que dificultará seu trabalho em sala de aula.

Se não se proporciona, ainda, conhecimento comprometido com as questões que envolvem esta obrigatoriedade. Que conhecimento se estará proporcionando ao aluno. Estará esta lei destinada a não sair do papel. Ou será que o conhecimento estará resumido no que a própria lei sugere, quando aponta que os conteúdos, que os materiais didáticos, que a capacitação dos professores são de responsabilidade das mantenedoras, das instituições de ensino, ou seja, existe uma lei que obriga a inclusão da temática que envolve o resgate histórico, a valorização, a remissão com os povos africanos e afro-descendentes, utilizando-se para isto o sistema educacional. Uma lei imposta pela Federação, e que não dá rumos às instituições de ensino de como trabalhar com a temática. A que História da África os alunos estarão tendo acesso? Qual o dimensionamento de questões como escravidão, exclusão, discriminação, preconceito se estará ensinado?

Estudos recentes⁵ apontam para uma complexidade da temática. E se está se propondo incluir uma temática tão complexa quanto a que envolve o Continente Africano e a atuação destes, bem como a de seus descendentes no Brasil, a mesma deve estar assumindo um compromisso sério. Onde não deverá estar (ficar) restrita somente ao âmbito escolar, mas sim ser estendida a sociedade, para que se possa estar desconstruindo conceitos que proporcionaram a estes grupos sociais a invisibilidade histórica, a exclusão social, a desigualdades sociais.

A inclusão desta temática deverá ser encarada com sólidas bases teóricas. E isso irá requerer não só competência e estudo, mais também compromisso dos sujeitos envolvidos nestes processos, onde não se esteja permitindo que esta lei se torne mais uma proposta de pacto social, que tem como fundamento o respeito étnico-racial e social, que busca por meio de relações dialógicas entre as diferentes etnias proporcionar um ideário de igualdades nestas relações. Isto é, não permitir que se repita na História do Brasil, um novo modelo de desenvolvimento excludente, mascarado pelo sentimento de harmonia étnica onde não existem conflitos e nem desigualdades sociais. E ainda, não permitir que se esteja utilizando a educação como promotora do crescimento do preconceito, das desigualdades sociais e da discriminação étnica e por consequência da invisibilidade histórica.

BIBLIOGRAFIA

CORDOVA, T. **Um olhar sobre a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar.** In: Tempo de História. Ano 2/nº 4, Lages: PAPERVEST – Ago/DEZ.2003.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/ DF/ outubro/2004.

LOVEJOY, P. E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁵ Autores têm-se debruçado sobre a África e comprovado que o processo histórico deste continente é algo complexo e que requer muitas pesquisas. Entre estes estão LOVEJOY, P. E.; THORTON, J.; MEILLASSOUX, C. e outros.

MEILLASSOUX, C. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e o dinheiro.** RIO de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

RIBEIRO, M. **Apresentação do SEPPIR**, p.7-8. In: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/ DF/ outubro/2004.

THORTON, J. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800.** Rio de Janeiro: ELSEVIR, 2004.